

BOLSA FAMÍLIA

Irregularidade na cidade mais rica

ALESSANDRO DE PAULA - 19/04/2012

Presidente Kennedy foi visitada por técnicos da CGU, que constataram que até servidores da prefeitura recebiam o benefício do governo

Duilo Victor

Em uma visita realizada por técnicos da Controladoria-Geral da União (CGU) em Presidente Kennedy, Sul do Estado, em março deste ano, foi constatado que 12 famílias do município recebiam dinheiro do Bolsa Família, mas tinham renda maior que o permitido para participar do programa.

Das famílias investigadas pela CGU, nove tinham servidores da prefeitura e uma da Câmara.

Nos outros dois casos, os técnicos foram até o endereço onde cada um morava. Em um deles, o beneficiário do Bolsa Família morava em "imóvel de alvenaria, de porte médio, inclusive equipado com aparelho de ar-condicionado". Na outra casa visitada, a residência tinha garagem, dois andares e acabamento "de boa qualidade".

Kennedy é a cidade mais rica do Brasil, segundo o IBGE, na estimativa que divide a riqueza produzida no município pelo número de habitantes. Segundo dados de 2011, a renda per capita do município capixaba é de R\$ 387.136,99. Em Vitória, por exemplo, a renda per capita é de R\$ 85,8 mil.

Cada cidade brasileira é responsável por fazer o cadastro dos moradores no Bolsa Família. O benefício é pago com dinheiro do governo federal para famílias em extrema pobreza com renda com renda de até R\$ 140 por pessoa.

Presidente Kennedy foi o único município do Estado a ser visitado por auditores da CGU neste ano. Isso porque o município foi escolhido em um sorteio com outras 59 cidades para ser alvo da fiscalização.

Este ano, o Programa de Fiscalização de Municípios a partir de sorteios públicos completa 10 anos e teve como foco cidades com população de até 500 mil habitantes. Ano passado, o município capixaba inspecionado foi Iúna.

Entre os principais repasses investigados estão o do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) e o Bolsa Família.

OS NÚMEROS

12 famílias

recebiam o Bolsa Família na cidade de forma irregular

R\$ 387.136,99

é a renda per capita do município, segundo o IBGE



VISTA DE PRESIDENTE KENNEDY: o município foi o único do Estado a ser visitado por auditores da CGU neste ano

PRESIDENTE KENNEDY

BENEFICIÁRIO	RENDA POR PESSOA	RECEBEU DE BENEFÍCIO/2013
Ex-servidor da prefeitura	R\$ 1.551,40	R\$ 1.020
Servidor da prefeitura 1	R\$ 439,95	R\$ 658
Servidor da prefeitura 2	R\$ 455,05	R\$ 490
Servidor da prefeitura 3	R\$ 360,53	R\$ 672
Servidor da prefeitura 4	R\$ 782,99	R\$ 700
Servidor da prefeitura 5	R\$ 432,06	R\$ 402
Servidor da prefeitura 6	R\$ 532,54	R\$ 70
Servidor da prefeitura 7	R\$ 454,18	R\$ 890
Servidor da prefeitura 8	R\$ 340,62	R\$ 996
Servidor da Câmara	R\$ 387,86	R\$ 978
Família 1	acima do mínimo*	R\$ 1.020
Família 2	acima do mínimo*	R\$ 312

Obs.: *A renda incompatível foi constatada por meio de vistoria técnica local. Os nomes dos beneficiários não serão divulgados porque eles não foram localizados.

FONTE: CGU E PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO GOVERNO FEDERAL

Falta merenda escolar

A auditoria realizada pela Controladoria-Geral da União (CGU) em março deste ano, em Presidente Kennedy, no litoral Sul do Estado, também constatou falta de merenda escolar em todas as escolas no início do ano letivo de 2013.

De acordo com a conclusão apresentada no relatório do órgão federal, R\$ 34,9 mil repassados pela União para apoiar a alimentação escolar nos primeiros dias letivos do ano de 2013 "não foram utilizados" com esta finalidade.

"A ausência da oferta de merenda escolar desmotiva a participação dos alunos no ambiente escolar, assim como o impacto negativo na saúde (dos alunos)".

Outro problema identificado pela equipe técnica da CGU ocorreu no Programa Saúde da Família.

Segundo o laudo divulgado pela entidade, foram entrevistadas 18 famílias que eram atendidas por três equipes de profissionais de saúde que fazem parte do programa, também financiado em parte com recursos da União.



MERENDA sendo preparada

Em um dos casos, uma família se queixou que não era feito agendamento prévio para as consultas. Em outro, uma família informou que não recebe visita dos agentes e, em uma terceira ocorrência, um usuário do sistema informou que não recebe visitas de agentes de saúde há dois anos.

QUEM PODE RECEBER

Benefício federal

> O BENEFÍCIO do programa Bolsa Família (PBF) é para famílias em situação de extrema pobreza, com renda de até R\$ 140 por pessoa.

> DE ACORDO com a Controladoria-Geral da União, foram fiscalizadas a aplicação de R\$ 2,9 milhões do Programa Bolsa Família no município de Presidente Kennedy.

> A CGU encontrou uma família que recebia Bolsa Família, mas tinha renda per capita de R\$ 1.551,40 mensais.

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social

De 60 cidades investigadas, 59 têm falhas em programas

Nos 60 municípios que tiveram o uso de verbas federais auditados pela Controladoria-Geral da União (CGU), em 59 foram constatadas irregularidades, segundo balanço divulgado pelo órgão federal.

Foram constatadas falhas na execução do Bolsa Família e na construção de creches, pré-escolas e Unidades Básicas de Saúde (UBSs).

A construção de creches e pré-escolas tem problemas em 34 das 60 cidades auditadas (57%), a maior parte relacionada à execução financeira das obras e às licitações para contratação de construtoras e compra de materiais.

No caso das UBSs, 13 dos 60 municípios (22%) apresentaram problemas como obras atrasadas ou abandonadas, pagamentos por serviços não executados e direcionamento de licitações.

Prefeitura diz ter enviado equipe para averiguar

Depois da inspeção feita por técnicos da Controladoria-Geral da União (CGU), em março, a Prefeitura de Presidente Kennedy usou uma equipe própria para averiguar as supostas irregularidades encontradas.

Ao todo, a CGU investigou 13 famílias cadastradas no Bolsa Família. Em uma delas, apesar de ter um funcionário da prefeitura, a administração municipal constatou que, neste caso, a renda per capita se enquadrava no critério do programa federal.

Em relação às outras 12 famílias que recebiam o dinheiro, a prefeitura informou que constatou, de fato, irregularidades. O benefício de quatro famílias foi cancelado e das outras oito foi bloqueado.

Apesar dos esclarecimentos, a CGU informou, no mesmo relatório que, de acordo com os documentos apresentados pela Prefeitura de Presidente Kennedy, a situação dos benefícios irregulares continuava pendente, pois os pagamentos bloqueados, diferentemente dos cancelados, ainda poderiam mudar de categoria e serem pagos novamente.

COMPRA

Sobre supostas irregularidades envolvendo a compra de merenda escolar, a prefeitura explicou à CGU que as escolas em questão já recebiam merenda de acordo com o cardápio elaborado pela nutricionista por meio de compra emergencial, lembrando que havia outra licitação em andamento.

Sobre o Programa Saúde da Família, a CGU informou que "o gestor concordou com as impropriedades constatadas".

Procurada por A Tribuna ontem, nenhum representante da Prefeitura de Presidente Kennedy foi encontrado para acrescentar esclarecimentos aos já fornecidos ao órgão de controle da União.



PREFEITURA de Kennedy: equipe